

Formação docente e a inclusão das relações étnico-raciais na Educação Básica.

João Rydllem Alcantara Ferreira¹ 

Universidade Regional do Cariri, Crato, CE, Brasil

Resumo

O presente trabalho busca apresentar os estudos sobre as políticas de ações afirmativas; formação de professores e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Inclusão social e cidadania no sistema educacional; Valorização dos processos históricos, processos identitários individuais e coletivos; e provocar discussões para análise, reflexão e problematização da formação docente e da educação das relações étnico-raciais a partir das leis 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, que inclui a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica brasileira dentro das disciplinas de Educação Artística, Literaturas e História do Brasil e em atividades extracurriculares. No entanto, até o presente momento não são suficientes para superar o desequilíbrio presente nos processos educacionais.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-Brasileira. Formação Docente. Inclusão Social. Educação Básica.

Teacher training and the inclusion of ethnic-racial relations in Basic Education

Abstract

This paper seeks to present studies on affirmative action policies; teacher training and the teaching of Afro-Brazilian, African and Indigenous History and Culture; Social inclusion and citizenship in the educational system; Valuing historical processes, individual and collective identity processes; and provoke discussions for analysis, reflection and problematization of teacher training and education of ethnic-racial relations from laws 10.639, 2003, and 11.645, 2008, which include Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture in Education curricula Basic Brazilian in the disciplines of Arts Education, Literature and History of Brazil and in extracurricular activities. However, so far they are not enough to overcome the imbalance present in educational processes

Keywords: Afro-Brazilian History and Culture. Teacher Training. Social Inclusion. Basic Education.

1 Introdução

A partir do século XX, o Brasil vem ganhando destaque em movimentos sociais, econômicos e educacionais. Entretanto, é desde o início do século XXI com a Lei nº

10.639/2003 (BRASIL, 2003. [s.p.]) e posteriormente a Lei nº 11.647/2008 (BRASIL, 2008. [s.p.]) que torna obrigatório a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos da Educação Básica e na formação de professores, que a educação brasileira busca valorizar a diversidade étnico-racial e as questões que envolvam a história, cultura, políticas, educação e a vida social de negros, pardos e indígenas.

PAG

Neste artigo será apresentado e discutido a importância da inclusão da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica. Sabemos que aqui no Brasil o racismo é estrutural, ou seja, é um conjunto de práticas dentro da sociedade com fins institucionais, históricos, culturais e interpessoais que posicionam um grupo étnico-social em um modelo único e ao mesmo tempo prejudica outros grupos. Por isso as escolas devem implementar o estudo de História Afro-Brasileira e Indígenas no seu currículo escolar e elaborar projetos junto com o corpo docente para apresentarem aos seus alunos e para a comunidade, a fim de romper a visão generalizada que temos sobre esses temas (BORGES, 2010).

Por fim, o artigo apresenta a importância de valorizar o ensino de temáticas étnico-raciais, mais especificamente, a História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena no processo de ensino-aprendizagem e o papel do educador no desenvolvimento afetivo, histórico, cultural e social dos estudantes e cidadãos.

2 Metodologia

A presente pesquisa se define como um estudo bibliográfico, foram analisadas fontes secundárias disponíveis na internet. Após a leitura dos materiais selecionados foram feitos fichamentos e anotações sobre os principais conteúdos estudados.

3 Resultados e Discussões

Analisando a real situação do preconceito no Brasil hoje, vemos que existe uma grande necessidade de melhorias, em vários aspectos, tanto no legislativo como também no comunicativo. Uma sociedade integra uma pessoa, seja ela deficiente,

negra, LGBTQIA+ (a sigla LGBTQIA+ engloba pessoas que são lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais.), etc., quando responde às necessidades gerais, desenvolvendo as competências, habilidades e bem-estar de cada um, reconhecendo e valorizando suas diferenças e suas culturas. E trabalhar essa questão do preconceito, da arte e cultura, da História dos povos Nativos e Afro-Brasileiros com os alunos é importante para que elas aprendam sobre as origens do nosso país e a respeitar tais diferenças sem agir com preconceito. (BORGES, 2010; FONTENELE; CAVALCANTE, 2020).

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), citado por Borges (2010, p. 71) a população brasileira é composta por 45% de negros; a cultura e o padrão estético negro, africano e indígena convivem no Brasil de maneira tensa com o padrão estético e cultural branco europeu; convivemos com ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Predomina-se na nossa sociedade contemporânea um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias da nossa cultura, ignorando ou desvalorizando a cultura africana e indígena que fazem parte da nossa história. (BORGES, 2010).

A Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003. [s.p.]), determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das matrizes curriculares dos ensinos fundamental e médio, com o intuito de amplificar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. A autonomia das instituições educativas para abarcar os projetos pedagógicos, de acordo com o projeto de lei citado, permite que se conciliem da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto e indireto das universidades, do Movimento Negro, de grupos de capoeira, entre outros; conseqüentemente propiciando um momento de interação entre escola e comunidade. Esses conteúdos devem ser ministrados no espaço escolar principalmente nas aulas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil e em atividades extracurriculares. (BORGES, 2010).

A formação continuada é uma alternativa a ser inserida no cotidiano escolar, com o objetivo de proporcionar mudanças e transformações aos alunos da Educação

Básica, por meio de atividades curriculares e extracurriculares que englobem questões relacionadas a temas de ética, racismo e história e cultura dos povos nativos e afro-brasileiros; com o intuito de evitar uma adversidade entre a escola e sociedade. Por isso, é fundamental que a comunidade escolar se envolva em projetos que visem à valorização da diversidade cultural e regional brasileira.

PAG
7

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana, desenvolvendo a sensibilidade, a percepção e a imaginação. Também favorece o desenvolvimento da criatividade através do diálogo que estabelece com as diferentes áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar. Conhecendo a arte de outras culturas, o professor poderá compreender a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir, que pode criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer abertura à riqueza e à diversidade da imaginação humana (FIORETT; DUARTE, 2005, p. 220).

Segundo Gomes (2008, p. 95), a partir do ano de 2003, os cursos de pedagogia e outras licenciaturas, as Secretarias de Educação e o Ministério de Educação são encarregados de realizar as políticas e práticas para a formação de professores frente à diversidade étnico-racial. As discussões sobre a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena possibilitam o acesso ao conhecimento na formação docente e a desmistificação dos saberes em espaços escolares voltadas para a diversidade étnico-raciais.

Segundo Munanga, citado por Santos (2013, p. 162), a formação docente que teve ausência de leituras, debates e reflexões que contemplem a História da África e Cultura do negro no Brasil, produzem uma crise das novas leis que amparam a prática desses temas na escola. Não basta apenas o professor reconhecer o compromisso de ministrar em sala de aula a importância do ensino das relações étnico-raciais, ele precisa estar preparado com bases teóricas para conduzir discussões com os alunos. Dessa maneira, o professor estará autenticando as políticas e práticas voltadas para a formação docente de acordo com a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003. [s.p.]) e posteriormente a Lei nº 11.647/2008 (BRASIL, 2003. [s.p.]).

As Universidades e Instituições de Ensino Superior devem realizar um planejamento pedagógico para viabilizar mudanças curriculares nos cursos de

Licenciatura para que dentro das disciplinas obrigatórias seja discutido a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, de acordo com a Lei nº 11.647/2008 (BRASIL, 2003. [s.p.]) , para melhor preparação teórica aos futuros professores. Fazendo com que o corpo docente esteja preparado para abordar tais temáticas em sala de aula e com que Instituições de Ensino (Ensino Básico, Ensino Médio e Ensino Superior), professores e comunidade mantenham relações e possam intercambiar conhecimento formal e não-formal. (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020).

Segundo Borges (2010, p. 76) “Os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica da História de nosso país, perpetuando estereótipos e preconceitos.” Por meio dela é possível coletar e verificar que com a promulgação destas Leis se supõe a promoção de uma educação que englobe a diversidade cultural, cabendo à escola a seriedade de acabar com a visão reduzida e distorcida com que são tratadas as contribuições de negros e indígenas e seus descendentes para a construção da nossa pátria e consolidar um ambiente de combate ao racismo, à discriminação e respeito à diversidade. As culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, assim como qualquer outra, não devem ser associadas a fantasias, brincadeiras, nem motivos de “piada”, pois, acabam gerando intolerância e violência. (FONTENELE; SILVA, 2015).

A linguagem oral está presente no cotidiano das escolas, porém para se comunicar não basta saber falar. Os alunos têm que apropriarem-se dos modos sociais de expressão nas diferentes situações do dia a dia: no diálogo, na conversa coletiva, em ocasiões informais ou formais. Isso é possível pela mediação do professor, que interpreta os gestos, apoia a significação da fala e cria contextos comunicativos.

O acúmulo de saberes produzidos pelo movimento negro faz parte de uma história ancestral de lutas e resistência, que ganha corpo na sua demanda pela educação a partir do início do século XX. Essa luta se intensifica ainda mais a partir do século XXI, quando este movimento social se organiza em torno das políticas de ações afirmativas (GOMES, 2008, p. 102).

A implementação das leis citadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira, Africana e Indígena; os debates e discussões sobre temas étnico-raciais na formação docente são medidas de ações afirmativas voltadas para a Educação.

4 Considerações finais

O racismo não está presente apenas no Brasil, podemos perceber através das notícias que vemos no dia a dia e no ambiente educacional. As leis que implementam a História Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar melhoram essas relações entre aluno-professor-sociedade.

É a partir de uma pedagogia que engloba processos emocionais e socioculturais que podemos melhorar as relações educativas. Sabemos que hoje em dia no Brasil, a população negra e indígena tem menos acesso e permanência nos espaços sociais, principalmente na educação, e é um compromisso do educador junto com o corpo docente mostrar aos alunos que todas as pessoas são iguais independente da raça ou classe social, e que todas as pessoas merecem respeito e afeto. Apenas com essas discussões em sala de aula, o aluno poderá enxergar o seu contexto histórico e ter uma visão crítica sobre esses temas da História e Cultura Afro-brasileira; e incentivar os alunos a respeitarem a diversidade, valorizando a cultura local.

A importância da cultura afro-brasileira e indígena nos dias atuais é de extrema relevância para o desenvolvimento da sociedade e podemos ver os avanços e retrocessos que transitam nesses povos. Com o auxílio dos projetos de leis a cultura Afro-Brasileira e Indígena estão conseguindo ter acessibilidade e voz para lutarem por suas causas e ganhando mais espaço no ambiente escolar. É importante salientar que o corpo docente, principalmente os professores de História, devem possuir conhecimentos da História Africana e Indígena para apresentar aos alunos em sala de aula e assim desmistificar o preconceito que temos em relação ao continente Africano e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena e poder associar as histórias e o racismo enfrentados em ambos os continentes e ambas as culturas; e poder ver a História de diferentes perspectivas, pois só assim construiremos uma visão crítica com os alunos em sala de aula e construiremos uma sociedade mais democrática.

Referências

BRASIL. **Lei N ° 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 01 jun. 2021.

BORGES, Elizabeth Maria de Fátima. A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica. **Vassouras**. v. 12. n. 1. p. 71-84. 2010. Disponível em: https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/vw/1IN8I5YjrMDY_MDA_606d5_/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf Acesso em: 30 mai. 2021.

FONTENELE, Zilfran Varela; SILVA, Isaíde Bandeira da. A Inclusão da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena no Livro Didático de História. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História-Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**, v. 27. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427401064_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2015revisadook.pdf Acesso em: 30 mai. 2021.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/FvVRWqm6VPnjPdQZH53qMdc/?lang=pt> Acesso em: 30 mai. 2021.

FIORETTI, Elena; DUARTE, Rosângela. Reflexões Sobre a Importância da Arte na Formação do Professor: Uma Nova Perspectiva para a Universidade, a Experiência da Universidade Federal de Roraima. **Textos e Debates**, v. 2, n. 9. p. 211-228. 2005. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1010> Acesso em: 03 jun. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da escola**, v. 2, n. 2/3, 2008. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127> Acesso em: 01 jun. 2021.

SANTOS, Anderson Oramisio. Formação de professores à luz da história e cultura afro-Brasileira e africana: novos desafios para uma prática reflexiva. **Póiesis Pedagógica**, v. 11, n. 2, p. 151-170, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/29585/16417/> Acesso em: 01 jun. 2021.

PAG
r

i João Rydllem Alcantara Ferreira, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8127-0851>

Universidade Regional do Cariri (Urca)

Graduando do Curso de Licenciatura em História.

Contribuição de autoria: Único autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3181962181556729>.

E-mail: j.rydllem@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

FERREIRA, João Rydllem Alcantara. Formação docente e a inclusão das relações étnico-raciais na Educação Básica. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-8, 2021.